COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 1.572, DE 2011, DO SENHOR VICENTE CÂNDIDO, QUE TRATA DO “CÓDIGO COMERCIAL”

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2012
(Do Sr. Laércio Oliveira)

Requer a realização de audiência pública com a presença do Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, ANTONIO OLIVEIRA SANTOS.

Senhor Presidente:

Nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, e dos artigos 24, VII, 255 a 258, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a Vossa Excelência, que, ouvido o Plenário deste Colegiado, a fim de discutir sobre o novo Código Comercial Brasileiro, seja convidado a comparecer em audiência pública, na Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei n.º 1.572, de 2011, a realizar-se em data a ser agendada, Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), ANTONIO OLIVEIRA SANTOS.

JUSTIFICAÇÃO

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) é uma entidade sindical que representa os direitos e interesses de quase cinco milhões de empreendedores do comércio de bens, de serviços e de turismo de todo o Brasil.

A CNC agrupa, em sua estrutura, 34 federações patronais estaduais e nacionais. Integram essas entidades os 956 sindicatos mais atuantes nos segmentos do comércio no País. Os sindicatos, por sua vez, são organizados e liderados por

representantes de micro, pequenas, médias e grandes empresas. Envolvidos com a defesa dos direitos de suas categorias e profissionais, esses empresários são a base da CNC.

Daí a importância da participação, em audiência pública, de um posicionamento sobre o PL 1572/2011 que estabelece um novo Código comercial. A CNC é uma entidade a representante legítima da atividade empresarial do setor terciário brasileiro, suas observações ao projeto de novo código comercial certamente enriquecerá o debate em torno de projeto tão importante para o país.

Dessa forma, a presente solicitação deverá ser submetida à apreciação do Plenário desta Comissão, conforme o disposto no art. 24, II, do RICD. Por estas e outras razões, e, sobretudo, pelo fato de versar matéria que diz respeito à competência deste órgão colegiado, submeto essa decisão à apreciação dos ilustres pares.

Sala das Comissões, 5 de junho de 2012

LAÉRCIO OLIVEIRA
Deputado Federal – PR/SE